# 5 *Aula Magna na V Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos*

**AUDITÓRIO DO MEMORIAL JK, BRASÍLIA, DF, 3 DE JULHO DE 1997**

**2ª parte**

Essa transformação do modo de produzir está diretamente vinculada à outra modificação que mencionei aqui, ou seja, a possibilidade da comunicação instantânea. E essas estão, as duas, vinculadas, por sua vez, a uma revolução tecnológica importante, que diz respeito aos processos de automatização e de informatização.

Isso tudo, no seu conjunto, resultou em que, efetivamente, queiramos ou não, existem processos de vinculação entre partes distintas do planeta, no âmbito mesmo da produção. Hoje, é uma banalidade falar-se disso, da globalização.

Alguns consideram a globalização como, também, o momento em que se percebeu, inicialmente, o processo de possibilidade de comunicação simultânea e instantânea como um desafio perigosíssimo, que vai aplacar as possibilidades da existência de conjuntos nacionais ou da existência de conjuntos culturais mais autônomos.

Outros acreditam que é o contrário. Na literatura sociológica, há trinta, quarenta anos, já se falava do que se chamava "o homem industrial". E a famosa polêmica -– se é que se pode chamar de polêmica -–

ou divergência entre Aron e Sartre, em certo ponto, se baseava nisso. Aron tinha uma concepção, também, das sociedades industriais, dos efeitos da industrialização sobre a homogeneização das estruturas da sociedade e, conseqüentemente, das formas de percepção, da cultura, etc., etc. E não via Aron esse processo como catastrófico.

Bem, não obstante, hoje não cabe mais a discussão sobre situações que ocorrem ou não. Cabe a discussão sobre como atuar diante desse processo e que conseqüências ele pode ter, positivas ou negativas. Alguns, a partir daí, de alguma maneira, passaram a amar outra idolatria, a idolatria do mercado, e a imaginar que, então, já que é assim, as regras fundamentais de solidariedade vão ser definidas extradecisões de valores -– e, portanto, de culturas -–, de diferenciação de grupos nacionais. Serão definidas automaticamente.

E aí, nas versões anteriores, também as mais elementares –- refiro-me a uma literatura bem antiga, de trinta, quarenta anos, que já falava disso também –, imaginavam uma homogeneização e uma dispersão da sociedade tecnocrática, de base tecnológica, tipo europeu, no mundo afora. E outros acham que isso pode ser diferente.

Posso até voltar a esse tema, mas não é o principal que eu queria mencionar, para iniciarmos uma reflexão. O principal que gostaria de mencionar é outra coisa. É que, efetivamente, ao mesmo tempo que existe esse processo de globalização, não existe, simultaneamente, um processo, no plano político, de regras legitimadoras das decisões e implementadoras das decisões no plano mundial.

Há aí um déficit de capacidade política de controle das decisões da humanidade correspondente à globalização do sistema produtivo. Esse, eu creio, é um problema que tem a ver com a governabilidade, com a renovação do pensamento democrático e obriga a uma reflexão, no que diz respeito à governabilidade, que não pode mais se restringir, como foi classicamente feito, a essa questão posta no plano nacional, no âmbito nacional.

Ou se dê, ao mesmo tempo, à questão da democracia, à questão da validade do princípio democrático e da possibilidade de, diante das alterações do mundo, existir algum processo decisório que tenha con-

seqüência, uma dependência, até certo ponto, de introdução maior em política internacional, ou, então, a nossa reflexão é um pouco capenga, é insuficiente para dar-se conta do fenômeno. E existe muito pouco avanço no que diz respeito à questão das regras definidoras, para distribuição do poder no plano universal.

Esta é a grande contradição que nós vamos enfrentar no século XXI. É que à globalização do sistema produtivo, da área econômica não se seguiu, na mesma proporção, uma definição, também global, no plano do poder. Não há o poder mundial legítimo. Nem há forma de definição de autoridade, por conseqüência, legítima, mundial. A força, não como autoridade, mas como força que compele sem consentimento, continua sendo fundamental no plano internacional. E, vez por outra, as regras se rompem, porque a força é exercida, e não há mecanismos suficientemente fortes para definirem de que maneira se dará o convívio democrático, no plano internacional.

Enfim, a linguagem cotidiana se reflete na crise das Nações Unidas. A Unesco sofre em conseqüência dessa mesma crise. Isso se reflete na questão do Conselho de Segurança, da sua, muitas vezes, incapacidade de atuação, algumas vezes por falta de legitimidade para decisões tomadas. E aumentou muito a tensão daí derivada e do fato de que, nessa globalização, ocorreu também um outro fenômeno, não necessariamente ligado, mas muito próximo, que foi o fenômeno do fim do muro de Berlim e o fato de que, efetivamente, a bipolarização deu lugar a uma outra situação, na qual existe a preponderância de uma só força.

Este é um problema que estamos vendo todo dia: as definições que estão se consolidando no plano internacional. E não existem ainda mecanismos de lidar com isso. De que maneira se vai regular a nova ordem mundial? Através de que mecanismos?

Não só as instituições reguladoras do processo econômico – Bretton Woods, Banco Mundial, FMI – ficaram pequenas frente ao desafio da globalização. Para lhes dar só um exemplo disso, que é óbvio, aliás: o Banco do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, o BNDES, tem tantos recursos quanto o Banco Mundial. Ou seja, o Banco Mundial é completamente insuficiente para fazer face ao problema do desen-

volvimento no mundo. O Banco de Desenvolvimento do Brasil não dá conta nem do Brasil e tem mais recursos do que o Banco Mundial. Não quero menosprezar o Banco Mundial. Respeito-o muito e desejo mais recursos dele. Mas, obviamente, não lhe cabe mais arrogância alguma, porque não tem condição efetiva de corresponder às demandas que estão postas, em termos do conjunto do planeta.

O Fundo Monetário é da mesma maneira. Ele ficou incapaz de fazer o que hoje se requer para regular a liquidez dos países, para permitir que devedores paguem aos seus credores. Todas as regras são básicas, no Fundo. O miolo da questão é este: neste momento, o Fundo não é suficiente para fazer face à grande questão derivada da internacionalização, que foi a internacionalização do sistema financeiro. Nós temos flutuando alguns bilhões de dólares, por dia, um trilhão de dólares, e os bancos centrais lidam com apenas bilhões.

Mesmo o Bank for International Settlements, o BIS, da Suiça, que seria o banco central dos bancos centrais, não tem condições de regular a massa. Há uma espécie de nuvem, quase atômica, de poeira – de poeira de dinheiro – que fica rodando sobre o planeta e que, de repente, aterriza num lugar, com conseqüências – positivas ou negativas, não sei, não quero julgar, depende de circunstâncias. Mas não existe instrumento regulador dessa matéria. Não há instrumento regulador.

E isso veio junto com essa globalização. Não há instituição capaz de dar conta disso. Desde que assumi a Presidência da República, no primeiro discurso que fiz na Cepal – e aqui estão alguns que lá estiveram – , chamei a atenção para isso. A questão central hoje, para quem quer discutir desenvolvimento, discutir capacidade de controle, de orientação dos recursos financeiros é essa. É essa. A cada reunião, o G-7 manda uma carta para cada um dos presidentes dos países do Grupo dos Sete – agora são oito – chamando atenção para esse problema. Alguns problemas estão avançando um pouquinho nessa direção, mas muito pouco. E não existe mecanismo real, decisório, capaz de regular isso. E o poder maior – os Estados Unidos – tampouco é capaz de fazer face a esse

desafio, ele sozinho não consegue também fazer face a esse desafio, em termos de regras de regulação.

Bem, pode parecer que estou falando de coisas muito distante das preocupações da democracia, no que diz respeito, aos âmbitos nacionais. Mas, na verdade, estão interligadas. Na verdade, se nós não pensarmos no que está ocorrendo em plano universal, nós vamos ficar com um pensamento muito pequenininho, tomando a nuvem por Juno, sem realmente entender o sentido das questões, o sentido, realmente, das decisões políticas, o porquê de certos esforços e emagrecendo a nossa capacidade de crítica, numa linguagem que, muitas vezes, é antiga, porque não toma em consideração as transformações que já ocorreram.

Isso eu digo com ânimo, não de desanimar, mas de desafiar intelectualmente. Não se trata de que, diante disso, estamos inertes. Trata-se de que, em função disso, temos que nos preparar, em termos da nossa visão, para outras questões que não as questões anteriores, clássicas.

E, no caso aí, entramos um pouco mais na nossa temática. Nos casos dos países que estão em desenvolvimento, ou estão ainda excluídos até de qualquer desenvolvimento, é mais dramático ainda, porque nós temos que fazer face às duas crises de governabilidade: a mundial e a nacional. E são simultâneas. E, se nós não nos prepararmos para fazer face às duas, nós não resolveremos a nossa, porque nós ficamos com o nosso horizonte muito apertado, em discussões que não têm o alcance internacionalizado que se requer hoje.

É óbvio – porque diz respeito, estritamente, à governabilidade, às questões da democracia – que no plano interno há avanços. Não tenho – nem poderia ter, vivendo no Brasil e tendo passado por tantas modificações – uma visão negativista nem pessimista.

Basta referir uma frase do Ministro Weffort. Vamos ver se ele se lembra. Em 89, ele disse que a América estava errada. E estava. Ele falava com razão. Dizia que nós estávamos voltando ao estado de natureza hobbesiana – ele era professor, podia falar dessas coisas. Estado de natureza hobbesiana. Por quê? Porque era a luta de todos contra todos, a falta de regra, a falta de uma definição de solidariedade, a falta de valores que pudessem ser compartilhados.

Essa crise, pelo menos no caso das Américas, nós a estamos superando. O panorama, hoje, já não é esse. Claro que nós, brasileiros, temos a mania de pensar, quando pensamos no Brasil, que nós analisamos para a América toda. Mas, enfim, com um pouquinho mais de modéstia, alguns países já, antes, haviam resolvido e caminhado nessa direção, da possibilidade da recuperação da governabilidade e da ampliação dos mecanismos democráticos e de controle das decisões públicas.

Mas esse é o fenômeno a que assistimos hoje, no conjunto da América – das Américas, na verdade. No seu conjunto, nós assistimos a um grande progresso nessa matéria. Nós estamos, de novo, assistindo a um momento em que há ânimo democrático. E mesmo certas visões um tanto pessimistas, de que estaríamos vivendo uma nova Idade Média, foram esmaecendo.

Eu, aqui, fui bastante criticado – aliás, sempre, desde pequeno – porque disse que, diante da discussão sobre globalização, sobre internacionalização, se estava vendo um lado só, o negativo, e que havia um outro lado que precisava ser visto também. Há riscos. É possível que desse processo – ainda mais com a dificuldade que mencionei, da existência de regras universais de controle democrático – resulte, efetivamente, uma diminuição da nossa capacidade de decisão e de ação. É possível que ocorra isso. Mas é possível também que não; e, como tudo em política, depende do que se faça. O reino da política é o reino da criatividade, da aposta, de jogar, de apostar, de criar, construir o caminho. Se a pessoa fica apenas olhando um processo como se ele fosse inevitável, ele ocorre. Não é o caso do reino da política. Nós temos que construir alternativas.

Eu dizia, e por isso fui criticado: por que não olhar para esse novo processo em termos de um novo renascimento? Acho adequada a expressão. Costumo repetir, e vou repetir mais uma vez, aqui: essa idéia me veio lendo Gorbachev, o famoso livro do Gorbachev, com o qual começou a nova época na União Soviética. Ele fez uma consideração que me pareceu, na época, uma observação digna do Renascimento. Qual foi a observação? Ele disse: "Olha, nós estamos, aqui, dentro do terror atômico. Não mais adianta guerra. A guerra não resolve mais os

conflitos, porque destrói todos e destrói a humanidade. Se vier a guerra para valer mesmo, será guerra entre dois grupos, será atômica. Então, a guerra deixa de ser um instrumento de forçar a negociação. Ela liquida, extingue a vida sobre o planeta. Então, há alguns processos em que nós não podemos mais pensar em termos do bloco" – no caso, no tempo, era bloco. "Nós temos que pensar em termos" – ele usou a expressão – "da humanidade." Ora, isso é termo renascentista, é a descoberta do homem como ser geral, que depois foi criticado. É termo renascentista. Ou se recoloca o homem como ser universal, ou não há como pensar a política, porque a política, aí, vira hobbesiana: a guerra de todos contra todos. Só que a guerra não terá vencedores, porque a capacidade tecnológica de destruição é tão grande que uns matam os outros e acaba tudo.

E ele foi mais longe. Para quem era Chefe da União Soviética, ele tinha uma ideologia marxista. Ele disse: "Olha, não dá para pensar esse assunto em termos de Estado nem em termos de classe, porque ele transcende o Estado e a classe." Nesse assunto, ele inovou não só na questão atômica, do terror atômico, do holocausto que daí derivaria, mas nas questões ambientais, que têm uma natureza que transcende o limite nacional.

Então, acho que, efetivamente, o que se coloca, hoje – e, repito, por isso comecei pelo mais geral – tem que ser recuperado no nível do local também. O que se coloca hoje é uma outra perspectiva, que, de alguma maneira, é renascentista, porque tem o homem como medida de todas as coisas. E outra vez se coloca a noção de humanidade. E isso vai ter efeitos e conseqüências.

Noutro plano, mais modesto intelectualmente, pelo menos sem tal amplitude, quando se formam blocos de integração, como estamos formando, aqui, o Mercosul, nós estamos lidando com essas questões.

A questão da democracia e do controle do poder, da decisão, não é apenas a do Estado nacional. Ela tem que tomar em consideração outros fatores, ela se alarga. Isso, colocado de certa maneira, pode parecer destrutivo no Estado nacional. Por exemplo, com as noções de soberania limitada, que, colocada em termos da perspectiva do século XIX e

do século XX, evidentemente, a perspectiva nacionalista vulgar diz: "Ah, meu Deus, estão acabando com o Estado nacional. Estão traindo a pátria." Mas, colocada de outro ângulo que não seja esse, de um ângulo mais inteligente, não é bem isso. É outra coisa. Depois volto ao tema.

À noção do território nosso, do Estado nosso, da cultura nossa, dos valores nossos se acrescenta – não se substitui – uma outra dimensão, que é o outro. A um ponto tal, que vocês que acompanham a política do Mercosul, sabem que, recentemente, o Brasil tomou uma medida que, imaginavam os burocratas que a tomaram – digo "os burocratas" porque eu estava no Uruguai como Presidente da República e não sabia dela –, era, aparentemente, de política interna, dizendo respeito a uma regra de financiamento interno, mas que teve repercussões terríveis no plano internacional. Não foi tomada para quebrar a unidade, a solidariedade latino-americana ou o Mercosul. Foi tomada porque, burocraticamente, se imaginava que essa era uma decisão interna. A diferença entre interno e externo, nessas áreas, esmaece, diminui. E isso é o mesmo processo que nós estamos vivendo.

Então, assim como nós montamos as regras gerais de distribuição do poder, consentidas, estamos começando a construí-las em blocos de países, na Europa, no Mercosul. O Nafta é menos isso. Mas começamos a construí-las. E não temos, ainda, o conceito desse novo tipo de regulação. E como não temos esse conceito e não temos a legitimidade para ele, nós nos aferramos ao conceito antigo. Então, a todo instante, temos inflexões que, quando se vai ver o fundo da questão, já não são necessárias. Elas são, entretanto, orientadas pelos valores que estão sendo alargados, e não substituídos, por alguns outros valores.

Bem, é claro que isso diz respeito a uma reorganização do poder político. Aqui, no Brasil, nós temos o Parlatino, que é um pré-início de um Parlamento Latino-Americano. Na Europa, temos o Parlamento Europeu. Os limites entre a decisão interna e a externa são ainda imprecisos. Nós temos, dentro dos nossos Parlamentos, os grupos que se interconectam. No âmbito da cultura, a interconexão é muito grande. Esse processo vai se espraiando.

E não vejo nisso algo negativo. Mas vejo que nós precisamos avançar um pouco mais na compreensão das conseqüências desse processo e na redefinição das nossas visões sobre a questão da democracia e sobre a questão da soberania, sobre a questão do que é próprio de cada um de nós, para que nós continuemos mantendo aquilo que é próprio de cada um de nós e o que é, realmente, especificamente, algo que deve ser defendido como algo que tem valor.

Portanto, vejam que não estou aqui propondo que se dilua tudo na internacionalização, senão que estou propondo outra coisa: que se reconstrua, ao mesmo tempo – quem quer essa internacionalização e, portanto, quem acreditou nela e também aqui dentro –, essa capacidade efetiva de tomarmos decisões que dizem respeito ao destino de cada um dos nossos povos e como se tomam essas decisões.

É claro, do ponto de vista de governabilidade, do ponto de vista de organização do processo democrático, o avanço foi muito grande nas Américas. Já nem se fala, hoje, em governabilidade, ou fala-se menos, crescentemente menos, não só porque – e aí eu me refiro ao Brasil – alguns processos de incerteza, na área econômica – social nem tanto – foram diminuindo, como também na área política eles foram diminuindo.

Deixem-me especificar o que estou pensando. Quais foram os processos de incerteza que foram diminuindo? Primeiramente, a inflação, que foi o grande processo que perturbava enormemente a governabilidade, que perturbava a compreensão, o valor relativo do que estava em jogo.

Eu me lembro de que foi possível controlar o processo inflacionário em muitos dos nossos países, e, praticamente, hoje, não há nenhum que esteja sofrendo de "inflacionite aguda". Isso ajudou a dispersar as nuvens que perturbavam a capacidade de tomada de decisões e de implementação das decisões. E, ao mesmo tempo, criou maior confiabilidade, no sentido de que as decisões tomadas vão ser implementadas e de que não dá para enganar tanto quanto se enganava no passado. As coisas ficam mais claras quando não há inflação, pelo menos no que diz respeito às conseqüências distributivas, dos atos de governo à concen-

tração de renda, às possibilidades de aumento. Tudo isso ficou mais claro. E as dificuldades, também, ficam mais claras.

Houve um avanço nessas áreas. Houve avanço noutras áreas, também. Os nossos países começaram a conseguir lidar com o fenômeno da internacionalização, através das aberturas econômicas, que, num primeiro momento, davam a impressão de que seriam catastróficas para a produção local; e, num segundo momento, os países foram capazes de reagir, e foi possível saber que não houve tal efeito catastrófico.

Se eu puder dar o exemplo do Brasil – não quero entrar muito em termos brasileiros –, eu poderia dizer que, no início, dava a impressão de que o Brasil ia acabar com a indústria têxtil, a indústria de calçado, a indústria de automóveis e a indústria de autopeças e de informática também. Hoje, é o contrário. Elas estão mais prósperas, se deslocaram, criaram um desenvolvimento tecnológico, houve a ação do Estado. Não é possível entrar num processo de abertura sem fortalecer o Estado ou tendo a ilusão dos que pensam que o neoliberalismo existe aqui. Existe na cabeça de quem não tem cabeça.

Não é possível. No mundo de hoje, ou se fortalece o Estado, e se refaz o Estado – eu volto ao tema já –, ou não há como enfrentar esse desafio da internacionalização de maneira construtiva. Mas se fortalece o Estado, volta-se a ter capacidade de decidir, de sinalizar, etc., se enfrentam essas coisas. Estão sendo superados os primeiros obstáculos, que pareciam catastrofismo. "Esta ordem nova, que vem aí, vem para desorganizar, destruir, aplacar, submeter." Não é assim. Essa ordem, se houver uma reação da sociedade, através dos mecanismos políticos e do governo, ela pode ser – pelo menos em certas circunstâncias, para certos países – domesticada. Há condição de que haja uma política.

Por outro lado, também, e não só no plano econômico, mas também no plano propriamente político, acho que houve um grande avanço em termos, digamos, da capacidade da argumentação e da negociação. Um pouco à la Habermas. O discurso e a argumentação também.

Pouco a pouco, graças à mídia e à capacidade, digamos, capilar que existe aqui, no Brasil, de reação imediata da população, o que aconteceu? O que aconteceu foi que a população foi entendendo o porquê das

medidas tomadas, até mesmo de coisas tão difíceis quanto dizer: "Não vou dar aumento de salário, neste momento." E digo porquê.

Isso me levou, portanto, a um aumento da necessidade de comunicação, de participação, de explicação. A sociedade atual demanda, mais e mais, as razões, os argumentos. Ela não tem medo do sofrimento, quando ele é antecipado e explicado o porquê. Mas ela tem horror do engano, horror de ser surpreendida por alguma coisa.

Então, acho que, na América Latina, nós estamos aprendendo isto, crescentemente, e em todos os lugares do mundo também muitos aprenderam, crescentemente: que a questão da democracia não é só a questão dos partidos. Até pelo contrário, os partidos passam a ser um problema na democracia. Para eles, também nós vamos ter que refazer o pensamento, tão antigo, sobre as formas, os partidos. Há tantos anos já se dizia isso. Por quê? Porque, com a fragmentação da sociedade moderna, com a fragmentação do modo de produzir, com a especificação das demandas, com a dificuldade da organização disso, só em termos corporativos e com a fragilidade dos partidos, que se montam só na corporação, está posta uma questão que só tem resposta se nós viermos ao que acabei de dizer: a compreensão de que é preciso, realmente, ter uma expansão muito grande dos mecanismos de explicação, de negociação, de argumentação, de mídia, de comunicação, de exposição mais aberta, para que as pessoas entendam o jogo e possam dele participar.

Nós ainda estamos nessa fase. E isso tem a ver com a governabilidade. E não podemos pensar em governabilidade apenas em termos do jogo partidário, do jogo congressual, das relações do Executivo com o Congresso e da ação do Executivo, se nós não incorporarmos a questão da ampliação dos atores. E essa ampliação se dá de forma fragmentária, "sedimental". São cidadãos quase isoladamente, mas não estão isolados. E isso creio que é um dos problemas que nós temos que enfrentar.

Eu disse que, no plano econômico, foi possível fazer avanços e no plano político houve um aprendizado. Mas nos países como o Brasil – não é o único nessa situação –, em que há uma desigualdade social tão grande, a demanda por justiça vai mais depressa do que a condição que

se tem para atender. E isso é um elemento de fragilização do jogo democrático e de legitimação das decisões. Mais ainda quando os governantes reconhecem que a demanda é válida, mas não podem atendê-la, porque não têm condições de atendimento. E, aí, coloca-se um problema de difícil resolução, que requer uma relação simbólica muito forte, requer, de novo, uma comunicação perene com a sociedade, para suprir – e não como por engano, não para enganar, dizendo que não pode – a imensa insatisfação que é gerada por um não atendimento imediato – para combater as desigualdades – das demandas sociais corretas e justas e que não se tem como atender.

Eu olho a equipe do governo dele e ele olha para mim, um com compaixão do outro. E ele diz que é de um partido de oposição a mim. E eu, também. Mas nós temos o mesmo problema, porque esse problema não é de partido, não é de posição. Ele sabe disso. E nós nos entendemos nesse plano intelectual. Ele sabe que essa é a questão. Claro, politicamente, não vou manipular e dizer: não, não é competente, não tem isso, não faz, não gosta do povo, está com não-sei-o-quê e tal. Os dois sabemos que não é assim. Eu nunca digo, nem ele diz a mim. Mas os nossos seguidores dizem, às vezes. (*Risos. Palmas.*)

Na verdade, o jogo é outro. Nós sabemos que a governabilidade depende desse conjunto muitíssimo mais amplo de questões, que estão sendo – não estou com pessimismo, não –, progressiva e paulatinamente, incorporadas à nossa prática, mas não podem resolver do dia para a noite.

E de novo me referi à questão da complexidade do mundo contemporâneo, que limita a ação do Estado nacional. Mas isso não quer dizer que o Estado nacional não seja fundamental. Da mesma maneira, não quer dizer que o Congresso não seja fundamental, os partidos não sejam fundamentais, porque são. Não é "ao invés de", mas é numa ampliação da visão, que permite – ou melhor, não sei se permite, mas coloca mais claramente qual é o desafio da governabilidade no mundo de hoje.

Esse desafio – não mencionei o nosso caso aqui – é amplo. Ele pega os países desenvolvidos. Veja-se o que aconteceu, agora, na França ou na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Não quero entrar em detalhes.

São assimilitudes de situação. E há enganos de percepção. Muitas vezes, estão pensando que se trata da "onda rosa" contra o neoliberalismo. Não é isso. É muito mais complicado do que isso. Se fosse isso, seria fácil. Era só pintar de cor de rosa, não seria difícil. Não é uma cor que me seja estranha: é mais complicado do que isso. É que nós estamos tateando, todos, na resolução do cerne das questões.

Aí, volto ao que disse, à questão da humanidade, porque, hoje, o padrão de referência não é mais local. Então, a democracia que eu quero é plena, o salário que eu quero é o melhor mesmo, a tecnologia que eu quero é a melhor do mundo. O quadro de referência deixou de ser limitado ao espaço imediato. À dimensão universal foi incorporado esse quadro de referência. E é bom que isso seja assim. Então, nós temos que ter esse problema. É um problema que se generaliza neste âmbito – claro, difícil, como ele disse aqui, pela fragmentação das demandas, difícil pelas necessidades que temos todos de buscar um mecanismo simbólico de coesão.

E, aí, eu entro na última observação que queria fazer. Eu teria muitas outras para fazer, mas sei que não devo fazer porque não posso amolá-los tanto tempo. Não quero cansá-los demais. Mas a última que eu queria fazer entra na questão da cultura e no cerne mesmo dessa discussão toda, porque nós estamos lidando com um problema de cultura.

A revolução necessária – e acho eu que em marcha em várias partes, fragmentariamente, confusamente – é uma revolução cultural. Aí, volto também à idéia do Renascimento. O século XXI vai ser um século em que nós só teremos êxito na governabilidade, no lidar com o fenômeno da internacionalização, da reorganização dos núcleos de decisão, etc., etc., se entendermos que estamos passando por uma transformação, uma mutação cultural profunda. E essa mutação cultural não pode ser pensada como um fenômeno homogeneizador. O que vai permitir atravessar o próximo século com capacidade criadora não é a nossa capacidade adaptadora, não se trata de nós nos adaptarmos às circunstâncias que já estão traçadas aí. Algumas delas eu mencionei. É outra coisa: é a nossa compreensão de que essa nova humanidade não deve ter como ambição ser a mesma em toda parte; embora os valores cen-

trais de justiça, de igualdade possam ser, o filtro cultural vai ser cada vez mais importante.

E, se nós imaginarmos que vamos partir para uma situação na qual as diferenças entre as nações, no sentido cultural, vão desaparecer, estaremos enganados. Seria uma subestimação desse novo momento. Não quero entrar em discussões que eu entendo de uma ordem mais filosófica, mais ontológica, quase da natureza humana. Não existem limites à capacidade inventiva e, muito menos, ainda, no plano cultural.

Daí a importância dessa homogeneização tremenda, onde nós temos, por exemplo, hoje, digamos, o "novo latim", que é o inglês; e a valorização das línguas. Não há contradições entre o ser indispensável sermos capazes de nos expressar no latim de hoje, ainda que mal, senão não tem jeito, você não se comunica, e dizer o oposto a isso; ou, melhor, há contradição, mas ela é boa, é dialética, ela avança. Ou seja, nós temos que valorizar a língua, a diferença, a cultura local, a cultura indígena. No nosso caso, aqui do Brasil, de traços tão diferenciados, isso vem junto, porque é o que vai permitir que haja uma reação não adaptativa, mas que se possa inventar, continuar inventando. Isso em tudo: no plano da organização social, no plano das comunidades, no plano das descobertas de mecanismos para mudar o Estado.

Não quero falar disso, porque seria mais uma hora para falar o que eu penso que tenho que fazer no Brasil, no que diz respeito à mudança que está ocorrendo no Estado, que tem a ver com a cultura, com a descentralização, com a participação; tem a ver, efetivamente, com a ampliação do controle social sobre cada decisão no âmbito estatal, em que deixa de ser estatal a criação de um espaço público. Isso vai ser diferente de país para país; vai ocorrer, mas vai ocorrer diferentemente, porque nós temos culturas diferentes, tradições diferentes, potencialidades diferentes. E é bom que seja assim.

E, no caso de um país como o Brasil, um país que tem potencialidades, tem presença, tem presente, não só futuro; que definiu uma linha, que tem – vou usar uma palavra que era a cara de há alguns anos, e alguns de nós éramos até combatentes com ela –, tem projeto nacional. Porque nós temos; e o temos colocado no nível do desafio do século

XXI; portanto, não pensando que é o Estado quem vai gerar ideologia, não pensando que a ideologia em si é que vai gerar o princípio de coesão, senão que pensando que é através da multiplicidade de visões, da participação, da tolerância, da capacidade, portanto, de integração do desigual, mas respeitando a desigualdade é que nós podemos avançar. É abrindo o Brasil, e não fechando o Brasil que nós vamos manter o nosso projeto nacional, que não pode mais ser pensado como um projeto contra. Contra quem? Contra os nossos amigos, que todos são, nas nossas vizinhanças? Não: a favor. Mas pensando na nossa diferenciação.

E isso não é nosso, é de muitos países da nossa região. Já temos uma certa experiência de *melting pot*, ou seja, nós somos um país – e aqui isso tem a ver com o âmago da cultura e, creio, é uma riqueza do mundo contemporâneo; é essa dualidade, essa diversidade –, somos um país – vou dizer uma frase pela qual já fui crucificado no passado, quando estava na universidade, mais ainda agora, quando estou preparado sempre para receber um cravo na mão; e não sou Cristo – somos um país, repito, que ou é ocidental ou não é. Mas ocidental até certo ponto. Digo sempre: sou cartesiano, mas tenho uma pitada de candomblé.

A verdade é esta: nós somos ocidentais, mas não somos exatamente ocidentais, somos outra coisa. Nós somos africanos também. Somos indígenas também. Somos mulatos também. Somos uma confusão. Isso é bom. Quer dizer, a nossa música, a nossa literatura, enfim, todas as nossas expressões culturais são um pouco, parecem ser e não são.

Recentemente, estive nos Estados Unidos e vi uma peça de um musical – foi semana retrasada; esqueço sempre o nome do musical, mas não vou perguntar a Ruth para ela me lembrar, porque é capaz de ela não saber também –, um musical que, no fundo, era mesmo do nascimento do sapateado nos Estados Unidos, da ascensão do negro, dos problemas dos negros e tal. Eu digo: bom, é muito Brasil, mas não é Brasil. Os Estados Unidos têm essa virtude também, de um país que tem isso; eles são ocidentais, não são outra coisa, mas não são ocidentais. O que é ser ocidental? Será que a França é, a Inglaterra é?

Então, vamos ver que esses conceitos não valem, quer dizer, cada um tem sua diversidade, sua complexidade, sua capacidade de elaborar. E

esse desafio não é nem um desafio neste caso aqui: no caso da cultura, é só deixá-la sem flores e ver quais delas vão crescer. Não temos que ter medo da homogeneização. Nunca seremos homogêneos, desde que nós, naturalmente – e aí falando como governo – tenhamos a capacidade de entender que a homogeneização não é um objetivo. Assim como o mercado não é um valor, não pode ser um valor, a homogeneização não pode ser um objetivo.

A essa condição, creio que nós podemos enfrentar esses desafios da governabilidade, da internacionalização, desse novo espírito renascentista que eu acho que deve prevalecer, mas compreendendo – e finalizando e retificando o que eu disse – que essa humanidade, o homem e a mulher como medida de todas as coisas, hoje não quer dizer que vão ser todos iguais: quer dizer que têm que prevalecer, sim, alguns valores da justiça, da participação, da maior igualdade em termos econômicos. Mas quer dizer também que nossa capacidade de sobreviver com criatividade vai depender de nós entendermos que é na pluralidade e na manifestação muito aberta e muito competitiva das várias virtualidades espirituais dos nossos povos e de cada um de nós que vai estar preservado o núcleo dessa renovação, na qual eu creio tão fortemente quanto nós todos aqui.

Tenho certeza, aqui nesta mesa, de crer na possibilidade de enfrentarmos esse desafio com humildade, sem nenhuma arrogância, mas com a tranqüilidade de estarmos caminhando nessa direção da manutenção dos princípios democráticos e da governabilidade, com essa visão cultural mais ampla, que é o que vai permitir os nossos avanços.

Perdoem-me pela brevidade e pela falta de profundidade dos meus comentários. É o que um pobre Presidente da República pode fazer.

Muito obrigado.